

COMISSÃO DE TRABALHO

PROJETO DE LEI Nº 7.150, DE 2025

Altera a Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023 (Programa Bolsa Família), para instituir ações de qualificação profissional destinadas a beneficiários de programas de transferência de renda, com concessão de bolsa adicional para custeio de transporte e alimentação durante a formação.

Autor: Deputado AMOM MANDEL

Relator: Deputado LEONARDO MONTEIRO

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 7.150, de 2025, de autoria do ilustre Deputado Amom Mandel, propõe alterações na Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023, que instituiu o atual Programa Bolsa Família. A proposição em tela visa, fundamentalmente, instituir ações estruturadas de qualificação profissional destinadas aos beneficiários de programas de transferência de renda, com a previsão de uma bolsa adicional para o custeio de transporte e alimentação durante o período de formação.

O objetivo central da matéria, conforme depreendido da sua justificção, é fortalecer a estratégia de inclusão produtiva, permitindo que a assistência financeira imediata seja articulada a ferramentas que promovam a autonomia econômica das famílias a longo prazo.

Em termos estruturais, o projeto original acrescenta os artigos 11-A, 11-B e 11-C à Lei do Bolsa Família. O art. 11-A autoriza a execução de ações de qualificação em parceria com a rede federal, estadual e municipal de educação profissional, entidades do Sistema S, instituições sem fins lucrativos



e programas federais existentes. O art. 11-B cria a bolsa adicional de apoio à permanência, de caráter temporário, destinada ao custeio de despesas logísticas dos alunos matriculados. Já o art. 11-C define critérios de focalização, priorizando indivíduos em idade economicamente ativa, em situação de desemprego ou subocupação e pertencentes a famílias de maior vulnerabilidade social.

O autor justifica a iniciativa apontando que políticas de transferência de renda são fundamentais para o alívio imediato da pobreza, mas precisam de ações estruturantes que ampliem as capacidades individuais. O texto destaca que um dos maiores obstáculos à participação de beneficiários em cursos profissionalizantes reside nos custos indiretos, especialmente transporte e alimentação, que levam à evasão. A proposta também assegura que a participação em cursos não resulte na suspensão do benefício principal, evitando insegurança financeira durante a formação

O projeto não possui apensos e foi distribuído às Comissões de Trabalho; Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família; Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania, nesses dois casos por força do art. 54 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

A apreciação da proposição é conclusiva pelas Comissões e seu regime de tramitação é ordinário, conforme o art. 24, inciso II e art. 151, inciso III, ambos do RICD.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O exame do Projeto de Lei nº 7.150, de 2025, exige uma análise da realidade socioeconômica brasileira e da arquitetura das políticas de proteção social vigentes. O Brasil enfrenta desafios estruturais persistentes no mercado de trabalho, caracterizados por altos índices de informalidade, desemprego entre os mais jovens e uma barreira significativa de qualificação para os inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico).



A análise dos dados sobre a realidade socioeconômica do país nos permite inferir que a transferência de renda isolada é insuficiente para romper o ciclo intergeracional da pobreza. A escolaridade e a qualificação profissional emergem como os principais determinantes da inserção no mercado formal e da elevação salarial.

Contudo, como bem pontuado na justificção do PL 7.150, a população vulnerável tem que arcar com “custos indiretos associados à formação, especialmente despesas com transporte e alimentação”, que tornam a educação profissional um investimento inacessível, mesmo quando os cursos são gratuitos. O gasto com passagens e a necessidade de alimentação fora de casa representam uma parcela proibitiva da renda de uma família que subsiste com menos de R\$ 218,00 mensais por pessoa.

Nesse sentido, ressaltamos que a proposta do Deputado Amom Mandel converge com a lógica do Programa Acredita no Primeiro Passo, do Governo Federal, instituído para promover a autonomia das famílias por meio do aumento da renda e da valorização do emprego. O programa Acredita organiza-se em três eixos: acesso ao emprego, qualificação profissional e apoio ao empreendedorismo. O programa apresentou resultados expressivos em seu primeiro ano de operação, tendo liberado mais de R\$ 1,5 bilhão em microcrédito para famílias do CadÚnico,¹ com um foco prioritário em mulheres, que representam 68% a 70% das beneficiárias.

Entretanto, o Programa Acredita, em sua formulação legislativa original, não instituiu formalmente uma bolsa de custeio para a permanência em cursos de qualificação como um direito vinculado à Lei do Bolsa Família, tratando as ações de formação de maneira mais programática e descentralizada. O PL 7.150/2025, desse modo, supre essa lacuna ao criar um mecanismo financeiro de suporte direto ao estudante pobre, garantindo que a capacitação não concorra com o orçamento alimentar da família. A inclusão produtiva eficiente exige que o Estado forneça não apenas o treinamento, mas as condições para que o indivíduo complete esse treinamento.

¹ *Acredita no Primeiro Passo chega a R\$ 1,5 bilhão em microcrédito para empreendedores do Cadastro Único.* Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/acompanhe-a-secom/noticias/2025/10/acredita-no-primeiro-passo-chega-a-r-1-5-bilhao-em-microcredito-para-empreendedores-do-cadastro-unico>
Acesso em: 27 de abr. 2026



Para um beneficiário do Bolsa Família, o custo de oportunidade de frequentar um curso de quatro horas diárias é elevado, pois esse tempo poderia ser utilizado em “bicos” ou atividades informais de subsistência imediata. A bolsa adicional proposta pelo PL 7.150 reduz esse custo de oportunidade e equilibra os incentivos em favor da qualificação.

Além disso, a proposta prevê a articulação com o Sistema S e a rede de educação tecnológica. Essa integração é vital para garantir que a qualificação ofertada esteja alinhada às demandas reais do mercado de trabalho local.

No caso da qualificação profissional, o ganho de produtividade do trabalhador qualificado gera externalidades positivas para toda a sociedade, aumentando a arrecadação e reduzindo a dependência de transferências de renda a longo prazo. O custo fiscal da bolsa adicional deve ser visto, portanto, como um investimento de capital humano com alta taxa de retorno social.

No entanto, para garantir que essa lei seja efetiva, é necessário que sua implementação seja rigorosamente monitorada. Assim, os objetivos devem ser precisos e é necessário que existam indicadores para medir se a qualificação está de fato resultando em aumento de renda e emprego. Por essa razão, propomos aperfeiçoamentos no texto original para incluir mecanismos de governança e integração com a plataforma digital do Programa Acredita.

Diante do exposto, votamos pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 7.150, de 2025, na forma do Substitutivo em anexo.

Sala da Comissão, em de de 2026.

Deputado LEONARDO MONTEIRO
Relator



COMISSÃO DE TRABALHO

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 7.150, DE 2025

Altera a Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023 (Programa Bolsa Família), para instituir ações de qualificação profissional destinadas a beneficiários de programas de transferência de renda, com concessão de bolsa adicional para custeio de transporte e alimentação durante a formação.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023, passa a vigorar acrescida dos seguintes dispositivos:

“Art. 11-A. O Programa Bolsa Família promoverá, de forma integrada com o Programa Acredita no Primeiro Passo, de que trata a Lei nº 14.995, de 10 de outubro de 2024, ações de qualificação profissional, educação financeira e formação técnica, visando à inclusão produtiva e à ampliação da autonomia econômica das famílias cadastradas no CadÚnico e beneficiárias do programa.

§ 1º As ações de que trata o caput serão executadas em regime de colaboração com:

I - instituições federais, estaduais e municipais de ensino técnico e profissional;

II - entidades integrantes dos serviços nacionais de aprendizagem;

III - órgãos de intermediação de mão de obra e programas federais de qualificação profissional;

IV - instituições privadas de ensino e organizações da sociedade civil, mediante parcerias que comprovem currículo alinhado às demandas locais do mercado de trabalho.

§ 2º A participação em ações de qualificação profissional não constitui hipótese de suspensão ou cancelamento do benefício de transferência de renda, observado o disposto nas regras de proteção vigentes.” (NR)



“Art. 11-B. Fica instituída a Bolsa de Apoio à Qualificação e Permanência (BAQP), destinada exclusivamente ao custeio de despesas com transporte e alimentação de beneficiários regularmente matriculados e com frequência comprovada nos cursos previstos no art. 11-A.

§ 1º A BAQP tem caráter indenizatório e temporário, não integrando a base de cálculo da renda familiar mensal per capita para fins de elegibilidade e permanência no Programa Bolsa Família

§ 2º O valor, a duração e os critérios de concessão da BAQP serão definidos em regulamento expedido pelo Poder Executivo, observada a disponibilidade orçamentária e financeira.

§ 3º A manutenção da BAQP é condicionada à frequência mensal mínima de 85% (oitenta e cinco por cento) e ao cumprimento dos requisitos pedagógicos do curso.” (NR)

“Art. 11-C. A implementação das ações de qualificação profissional e a concessão da BAQP priorizarão beneficiários:

- I - em situação de desemprego ou subocupação;
- II - mulheres responsáveis pela unidade familiar, com ênfase em mães solo;
- III - jovens entre 15 e 29 anos;
- IV – negros;
- V - pessoas com deficiência;
- VI - membros de populações tradicionais, quilombolas e ribeirinhas;
- VII - outras condições de vulnerabilidade social, nos termos do regulamento expedido pelo Poder Executivo.” (NR)

“Art. 11-D. O Poder Executivo federal estabelecerá indicadores de monitoramento para avaliar a eficácia das ações de qualificação na inserção laboral e no aumento da renda dos beneficiários, com a publicação de relatórios anuais de impacto.” (NR)

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas aos programas de transferência de renda e de qualificação profissional, observados os limites da legislação orçamentária vigente, sendo vedada a criação automática de despesa obrigatória de caráter continuado sem a devida compensação fiscal.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Sala da Comissão, em de de 2026.

Deputado LEONARDO MONTEIRO
Relator

Apresentação: 28/04/2026 15:54:56.517 - CTRAB
PRL 1 CTRAB => PL 7150/2025

PRL n.1



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD269605751200>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Leonardo Monteiro

